

**EXISTÊNCIA INVISÍVEL: UMA REVISÃO SOBRE AS QUESTÕES DA
SEXUALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR**

*INVISIBLE EXISTENCE: A REVIEW ON THE QUESTIONS OF SEXUALITY IN
SCHOOL SPACE*

*EXISTENCIA INVISIBLE: UNA REVISIÓN SOBRE LAS CUESTIONES DE LA
SEXUALIDAD EN EL ESPACIO ESCOLAR*

Vitor Tadeu Nascimento Santos

vitoruesb@yahoo.com.br

Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade (UESB)

Roberto Gondim Pires

gondim.roberto@gmail.com,

Doutor em Educação (UESB)

Aline Gomes Machado

liumaxado@hotmail.com

Mestra em Educação (UFBA)

RESUMO

Na escola, falar de sexo ainda hoje é apresentar informações sobre o tema, sem ter que assumir uma postura problematizadora e consciente. Desta forma, este estudo objetiva discutir a negação existente no espaço escolar sobre as questões da sexualidade, especificamente a homossexualidade. Para isso, foi realizada uma revisão crítica a partir de trabalhos apresentados no GT23 da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação – ANPED e no que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicava enquanto legislação orientadora. Com isso, apontamos a necessidade de questionar as práticas pedagógicas que não fazem cumprir o indicado pelos PCN em um de seus temas transversais, a Orientação Sexual. Para este artigo, analisamos os trabalhos publicados na ANPED entre os anos de 2009 a 2013.

Palavras-chave: Escola. Homossexualidade. Diversidade sexual.

ABSTRACT

In school, talking about sex today is still presenting information about the subject, without having to take a problematizing and conscious posture. Thus, this study aims to discuss the negation existing in the school space on the issues of sexuality, specifically homosexuality. For this, a critical revision was made based on papers presented in GT23 of the National Postgraduate Education Association - ANPED and in what the National Curricular Parameters (NCP) indicated as guiding legislation. With this, we point out the need to question the pedagogical practices that do not fulfill the one indicated by NCPs in one of its cross-cutting themes, Sexual Orientation. For this article, we analyze the works published in ANPED between the years of 2009 to 2013.

Keywords: School. Homosexuality. Sexual diversity.

RESUMEN

En la escuela, hablar de sexo todavía hoy es presentar informaciones sobre el tema, sin tener que asumir una postura problematizadora y consciente. De esta forma, este estudio objetiva discutir la negación existente en el espacio escolar sobre las cuestiones de la sexualidad, específicamente la homosexualidad. Para ello, se realizó una revisión crítica a partir de trabajos presentados en el GT23 de la Asociación Nacional de Postgrado en Educación - ANPED y en el que los Parámetros Curriculares Nacionales (PCN) indicaba como legislación orientadora. Con eso, apuntamos la necesidad de cuestionar las prácticas pedagógicas que no hacen cumplir lo indicado por los PCN en uno de sus temas transversales, la Orientación Sexual. Para este artículo, analizamos los trabajos publicados en la ANPED entre los años 2009 a 2013.

Palabras clave: Escuela. Homosexualidad. Diversidad sexual.

PRIMEIROS PASSOS

As expectativas em investigar, neste estudo, a questão da sexualidade no espaço escolar, sobretudo a homossexualidade, surgiram a partir do nosso processo de formação e experiência na área da Educação Física. Consideramos que tratar sobre a questão da homossexualidade no ambiente escolar é de importância inegável no tempo presente. Salientamos que instituições governamentais atentas às demandas da

atualidade, inseriram em seus projetos políticos pedagógicos temas que despertam a atenção de gestores, professores/as e toda comunidade escolar para o assunto.

A preocupação em discutir sobre a sexualidade dos jovens e adolescentes em instituições escolares pode ser reflexo de um tempo de negação, dado ao homossexual, que sempre esteve presente nestes espaços, mas que de alguma maneira tinha sua existência invisibilizada.

Sendo assim, a reflexão crítica literária que nos propomos nesta pesquisa parte de uma negação da discussão de temas relacionados sobre a diversidade sexual na escola desde o tempo em que ocupávamos o lugar de estudante de colegial até o momento presente como sujeitos formadores de sujeitos, a saber, professores.

A vivência enquanto estudantes e docentes nos leva a apontar que, na concretude escolar cotidiana, pouco ainda se fala sobre o assunto. Por isso nossa proposta é refletir, através de trabalhos já publicados, quais posturas de enfrentamento os responsáveis pela construção social e educacional dos sujeitos em formação têm diante da realidade posta, para oportunizar aos educandos, uma consciência crítica, fundamentada na diversidade sexual presente na sociedade e encontrada nos espaços escolares.

Amparados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e seu tema transversal, Orientação Sexual, este artigo percorre os caminhos trilhados por diferentes autores/as que se debruçaram sobre o tema sexualidade/diversidade sexual/homossexualidade na escola. Para tanto, buscamos auxílio dos trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED), entre os anos de 2009 a 2013, no GT23 (Gênero, Sexualidade e Educação). Utilizamos como critério de inclusão os descritores: Homossexualidade, Escola, Diversidade Sexual e PCN. Por fim, de um total de trinta e três produções identificadas, nossa leitura dos artigos para esta pesquisa restringiu-se a dezenove, considerando o objetivo de apresentar uma revisão crítica a respeito de como a questão da homossexualidade é tratada no espaço escolar.

CONTEXTUALIZANDO

Influenciada diretamente pela redemocratização, pela abertura política, com os/as diversos/as intelectuais que retornaram ao Brasil juntos com os/as que aqui já estavam, a escola começa também a ser impulsionada em discutir questões sobre os estudos de gênero, etnia, classe social, sexualidade. Um movimento que crescia nas décadas de 1960 e 1970 mundo afora, aqui no Brasil, no final dos anos de 1970 e início de 1980 começa a se tornar visível esta luta pelo reconhecimento social de identidades sexuais diferentes das estabelecidas (BARRETO, 2012).

De acordo a Silva Junior (2014), foi o vírus da Aids um dos responsáveis em dar a visibilidade para a causa homossexual. Com ele foram edificadas várias alianças sustentadas pelo sentimento de solidariedade que agregaram parentes e amigos/as, sujeitos que, não sendo rigorosamente homossexuais, mas acreditavam que juntos pudessem fortalecer a discussão sobre sexo seguro, prevenção e diferentes formas de vivenciar a sexualidade, os desejos e o prazer (LOURO, 2000).

Esse novo tempo de preocupações em se falar de sexo, sexualidade, gravidez indesejada, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, homofobia, Aids, entre outros temas, alcançou as escolas. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996, incluiu a Educação Sexual nas Escolas para dar mais sustentação à demanda social ora apresentada. Não satisfeito em tratar sobre a educação sexual de modo restrito, e, para garantir e auxiliar o desenvolvimento das disciplinas indicadas pela LDB, o Ministério da Educação (MEC), em 1997, apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), evidenciando a Orientação Sexual como um de seus temas transversais a ser tratado interdisciplinarmente nas escolas. Com isso, os conteúdos relacionados à temática da sexualidade deveriam ser apresentados e contemplados por todas as séries e áreas do conhecimento.

Tida como a “morada do conhecimento”, a escola precisava se adequar a nova realidade social que o mundo passava, não podendo se furtrar, ou negligenciar as “novas expressões sexuais”. O que nos parece explícito é a negação das escolas em lidar com o tema. Uma resistência por parte da comunidade escolar em adquirir uma postura político pedagógica fundamentada no que prevê as diretrizes educacionais nacionais onde a diversidade sexual precisava ser vista e reconhecida neste espaço.

Existe uma “paixão pela ignorância” que precisa ser desafiada bem como os modelos curriculares contemporâneos de formação de professores e professoras precisam ser contestados em suas formas e conteúdos. Estudos sobre sexualidade e as novas configurações familiares, por exemplo, devem aparecer não como temas marginais, “turísticos” como bem denunciou Jurjo Torres Santomé (1995) ainda no início dos anos noventa, mas como estudos permanentes, desencadeadores de pesquisas e reflexões profundas sobre as coisas que fazemos em sala de aula e seus efeitos subjetivos na formação das crianças e dos jovens (REALI, 2009 *apud* BRITZMAN, 1999).

Tornar o/a homossexual invisível na escola não faz com que sua formação perpassa por etapas que lhe possibilite um desenvolvimento psicológico/cultural/social de autoconfiança e auto-estima. Pelo contrário, negar sua existência torna sua rotina limitada, violenta e, muitas vezes, chegando ao ponto de muitos darem fim a sua própria vida.

“UM DIA ME DISSERAM QUE AS NUVENS NÃO ERAM DE ALGODÃO.”

(Engenheiros do Hawaii)

Muitas vezes é na escola que os sonhos acabam, quando deveriam começar. Ela representa um local de significativa importância na construção de significados da criança, que se constitui, segundo Lopes (2002), como sendo o primeiro espaço fora do núcleo familiar em que o/a menino o/a poderá expor seus questionamentos e legitimar os ensinamentos transmitidos por seus familiares. Ainda de acordo com os pensamentos do autor, é a escola que determina, muitas vezes, o que as pessoas fazem, quem são,

podem ser, ou agem no sentido de legitimar ou recusar identidade, antecipadamente edificadas.

Acima mencionamos duas instituições que têm em comum a preparação de seus membros para viverem em sociedade, para desempenharem funções sociais que permitam dar seguimento a suas vidas. Tanto a escola quanto a família são consideradas espelhos nos quais nos vemos e nos descobrimos. Em ambas é ensinado o que é considerado feio e bonito. Nas duas é transmitida a postura “correta” de falar, andar, cumprimentar, expressar sentimentos, o que é mau e o que é bom, o que é ser homem e ser mulher (SZYMANSKI, 2010).

Na escola e na família a educação é transmitida a partir de discursos de “verdades”. As relações de poder são construídas/apresentadas nestas instituições ocupando um lugar representativo no aprendizado e manutenção dos diversos valores de uma dada sociedade. Por isso a escola, desde a sua criação, desempenha um papel fundamental de controle daquilo que interessa moldar na sociedade.

Este local, de privilegiado acesso de transmissão de conhecimento, contribui “para moldar as suposições, os valores e as escolhas dos seus alunos, tanto pelo que dizem quanto pelo que deixam de fazer” (APPLE, 1989, p.189). Possibilitar o ensino e a aprendizagem de novas práticas sociais, garantir direitos fundamentados no respeito às diferenças, desenvolver senso crítico são escolhas/caminhos que a escola estabelece como suas prioridades. Entretanto, algumas pessoas concordam, dentre eles/as professores/as, que a escola deve ser um espaço neutro, onde não cabe a discussão de temas que gerem certa tensão, mal estar (AQUINO, 1997). A sexualidade, por exemplo.

A associação entre sexo e escola se configura numa fronteira de alto conflito. É percebido nos mais variados seguimentos da sociedade que a sexualidade tem ocupado espaços, tem sido tema de discussões nas mídias, tem exigido dos governos atitudes urgentes, mas na escola, de maneira mais específica, dentro das salas de aula, a questão

parece ser um espectro fantasmagórico que, vez por outra, surge para assombrar e desestabilizar a suposta harmonia (GUIRADO, 1997, p.25).

Silva Junior nos diz que:

a sala de aula deveria ser um centro negociador e legitimador de novas identidades, uma arena de conflitos e lutas onde alunos/as, professores/as, bem como a comunidade escolar como um todo, pudessem discutir, negociar e compreender os conceitos de diversidade e diferença. Deve, ainda, ser um espaço apropriado para a educação em uma sexualidade livremente exercida. (SILVA JUNIOR, 2012, p. 5).

Nesta direção acreditamos que a escola precisa ser um local que possibilite o diálogo entre as diferenças, que interfira nas práticas diárias de seus/suas alunos/as oportunizando-lhes a orientação crítica dos acontecimentos do cotidiano, de modo que as “manifestações individuais ou de sexualidades, não sejam hostilizadas” (PINTO, 1997, p. 49). Dessa maneira, discutir a sexualidade no espaço escolar, para a maioria dos/as autores/as que fundamentam este artigo, seja no passado ou no atual contexto de sociedade, constitui-se um elemento importante na construção de sujeitos que rejeitam o padrão socialmente pré-estabelecido de ser homem, ser mulher, certo/errado, normal/anormal.

De acordo a Débora Britzman e Richard Miskolci, a escola é uma instituição, muitas vezes perversa, que constrói suas preferências seguindo o padrão social vigente (MISKOLCI, 2005; BRITZMAN, 1996). A manutenção de valores tidos como legítimos, são perpetuados, pois a escola acaba por ocultar, silenciar, não reconhecer, repudiar, e até mesmo ignorar na sala de aula, toda e qualquer manifestação de sexualidade que não seja a identidade compreendida como legítima (FOUCAULT, 1988; MISKOLCI, 2005; LOURO, 2008; BORRILLO, 2010).

É no espaço escolar, dentro das salas de aula, que determinadas temáticas (a sexualidade é uma delas) deveriam ser abordadas com o objetivo específico de desenvolver nos sujeitos em formação ali presentes, uma consciência crítica de pensar uma sociedade distante dos moldes instituídos.

É papel da escola informar, formar, abordar assuntos que façam com que todo/a aquele/a que está sob sua responsabilidade tenha a consciência da existência de diferentes comportamentos daqueles esperados, dos considerados normais. E na escola o diferente está presente. E, para que a diferença seja uma ferramenta de desconstrução do estabelecido, ela precisa ser pensada, problematizada, para ser capaz de mudar a si mesmo e o outro/a (FOUCAULT, 1996).

Por isso, tratar da sexualidade com crianças, adolescentes e jovens no ambiente escolar é ter a consciência de estar formando indivíduos capazes de refletir, viver, conviver, lidar com as diferenças, para atuar em sociedade. Seja no presente ou no futuro, os sujeitos inseridos neste espaço precisam enxergar ao seu redor sujeitos outros que não estão identificados/as ou vistos/as pelos processos de construção social, que muitas vezes os/as mantêm no lugar da margem, da invisibilidade.

Bourdieu (1994), diz que a invisibilidade é um tipo de violência simbólica que imprime no indivíduo negado a recusa de sua existência. Para o autor, recusar a existência publicamente de uma determinada categoria, impondo a ela um lugar “discreto ou dissimulado” (BASSALO, 2011), é condená-la a uma vida escondida, tendo como fim a manutenção do predomínio da cultura do dominante (BOURDIEU, 1994). Instituições como a escola não deveriam operar no sentido de legitimar o controle de uma determinada cultura sobre a outra. Como também deveria fugir do lugar do silenciamento em torno da diversidade sexual que se apresenta neste espaço.

Dito isto, os artigos que orientaram a confecção deste trabalho propõe que uma unidade escolar se distancie do lugar de curvar-se ao que o senso comum normatiza e estabelece como natural, sobretudo por ser considerada um espaço de formação de sujeitos, por ter a atitude de manutenção de uma matriz heteronormativa, onde, segundo Butler (2012), é organizada em pares opostos em que cada um cumpre um papel na combinação entre o sexo, gênero e a prática sexual. A escola, em sua essência, não pode

silenciar-se diante da diversidade de orientações afetivo-sexuais possíveis ao ser humano, presentes em seu cotidiano.

O modelo de sexualidade fixo na sociedade e muitas vezes sustentado na escola segue o padrão de uma lógica binária considerando opostos e legitimando a linguagem de que tem vantagem ou desvantagem. É uma estratégia eficaz de lugar compreender a sexualidade na lógica de “homem/mulher, bem/mal, heterossexual/homossexual” (BASSALO, 2011). Ao enxergar as partes em duplas, visualizamos de imediato um lado que é superior e o outro inferior. Um que é bom e o outro que é ruim. Um que é normal e o outro anormal. Um que é servido e outro que serve. É por essas e outras que a escola precisa romper com esta norma legitimada pela cultura do dominante, do padrão, do certo e errado.

Os vários trabalhos que sustentam este artigo, têm apresentado que “a escola resiste prontamente em contestar sua solidificada estrutura, ou por falta de disposição, ou por realmente não conseguir se desvincular dos valores que a constitui” (ALMEIDA; MOTA, 2009, p. 2). Atitudes e comportamentos desafiantes diante da questão da sexualidade na escola necessitam acontecer. Todavia, se o pensamento de igualdade persistir, que não existe problema com a diferença, sem ao menos acontecer um debater sobre a diversidade sexual no espaço escolar, continuaremos a presenciar as mesmas situações históricas relatadas nas 19 pesquisas que fundamentam este trabalho.

“EU TENHO TANTO MEDO DE SER EU. SOU TÃO PERIGOSO. ME DERAM UM NOME E ME ALIENARAM DE MIM.”

(Um sopro de vida, Clarice Lispector, 1978, p. 43)

O termo sexualidade é utilizado para significar as muitas maneiras das pessoas viverem seus desejos sexuais, sejam elas, homossexuais, bissexuais, heterossexuais (LOURO, 2008). No que se refere a tratar sobre este tema na escola, como

apresentamos em parágrafos anteriores, pudemos perceber que existe um contra ponto entre o que seria ideal e o que seria real. Na escola, estas muitas maneiras resumem-se na manutenção do padrão vigente, no silenciamento, na invisibilidade e, muitas vezes, na exclusão daqueles/as que divergem do estabelecido.

O homossexual nesta pesquisa é o sujeito que foge ao padrão, o outro que está presente na escola, mas é negligenciado em seus direitos. O/A escolhido/a para que seja discutida e percebida as diversas maneiras de tornar aquele/a que escapa do determinado, marginalizado. Dinis (2008) vai nos dizer que:

Neste momento histórico em que mais se fala sobre educar para a diferença, vivemos um cenário político mundial de intolerância, que se repete também no espaço da vida privada, em determinada dificuldade generalizada em nos libertarmos de formas padronizadas de concebermos nossa relação com o outro (DINIS, 2008, p. 479).

Tratar sobre a diversidade sexual na escola não é tarefa fácil. Isso já deu para perceber. Como também não venha ser uma situação das mais confortáveis permanecer no anonimato por simplesmente não atender as demandas comportamentais dos padrões estereotipados impostos pela sociedade. Ser homossexual na escola é ter que saber lidar com a negligência de professores/as diante das variadas formas de violência a que são submetidos/as, ao preconceito, a exclusão, já que é nela que existe uma estreita relação entre a família e a representação social considerada como normal (LOURO, 1998).

Guacira Lopes Louro vai afirmar que abordar a sexualidade na escola é ter a certeza de tratar sobre o tema no viés de adquirir uma doença ou prevenir-se de um perigo (LOURO, 1998, p. 41). E nas palavras de Junqueira (2009), sexualidade não pode gerar uma discussão em que o prazer e o desejo sejam os responsáveis por fazer agigantar no sujeito uma sexualidade plena, destinada ao desenvolvimento sexual. Se a escola perpetua uma íntima relação com a família, logo, as práticas sexuais não reprodutivas são desconsideradas, deixando assim, de serem evidenciadas, discutidas, principalmente na formação de sujeitos sociais.

O/a homossexual segue assim sua jornada de invisibilidade, sendo negado/a, silenciado/a. Sujeito aparentemente inexistente diante da diversidade sexual presente nas escolas. Entender a problemática ora estabelecida, requer uma observação dos discursos que a família e a escola reforçam. São os bons costumes, é ser heterossexual, é casar, constituir família com pessoas do sexo oposto, é estar inserido nestes padrões tidos como desejáveis para ser/estar na norma. Agindo assim, tudo concorrerá para o bem daqueles/as que permanecerem neste caminho. Caso contrário, tudo aquilo que se colocar fora do padrão é punido patologicamente e dos processos educativos (JUNQUEIRA, 2009).

O indivíduo homossexual é silenciado nas escolas, no contexto de todo material por nós analisado. Embora sua existência seja percebida, identificada, existe um movimento de negação, que “é reconhecido como um aparato regulatório de heterossexualidade, uma hegemonia heterossexual onde excluir homens e mulheres que tem expressões sexuais diferentes da legitimada, é tomado como normal” (BUTLER *apud* BASSALO, 2011).

Na escola, estes homens e mulheres com diferentes expressões são hostilizados/as, o que Borrillo (2010) classifica como homofobia, em que determina o outro como contrário, inferior ou anormal. Ainda que o/a homossexual seja rotulado/a, apelidado/a, discriminado/a no ambiente escolar, estas atitudes são tratadas como naturais, aceitáveis, pois quem o faz está se comportando como protetor dos padrões de normalidade e por isso não são atos hostis.

A pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim “eliminar” esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da “norma” (LOURO, 2001, p.89).

É preciso vigiar e punir tudo aquilo que escapa do modelo estabelecido (FOUCAULT, 1997).

De um modo geral, salvo raras exceções, o/a homossexual admitido/a é aquele ou aquela que disfarça sua condição, o/a “enrustido/a. De acordo com a concepção liberal de que a sexualidade é uma questão absolutamente privada, alguns se permitem aceitar “outras” identidades ou práticas sexuais desde que permaneçam no segredo e sejam vividas apenas na intimidade. O que efetivamente incomoda é a manifestação aberta e pública de sujeitos e práticas não-heterossexuais (LOURO, 1999, p. 29-30).

Desta forma compreendemos muito bem que existe uma dominância de posturas, pensamentos, comportamentos, atitudes, nas relações da diversidade sexual. Quem determina como o outro deve se comportar é quem se considera possuidor de uma normalidade. Aquele/a que traz consigo a “verdade” de ser o sujeito visto e aceito. Nota-se o seguinte: até compreende-se sua existência, de certo modo o homossexual passa a existir na e para a sociedade, lhe fora dado o “prêmio” da visibilidade, negado muitas vezes nos variados espaços, porém, para que de fato ele/a seja “respeitado/a” é necessário um enquadramento em seu modo de ser, viver, agir, relacionar.

Louro (2000, p. 117) vai nos assegurar que “existem estruturas que constroem o sujeito, forças impessoais, tais como a cultura ou o discurso ou o poder”, onde as posições ocupadas na sociedade, consideradas posições de sujeito, orientam tudo aquilo que pode ser ligado ou subordinado a ela (LOURO, 2005). A pessoa inserida nesta lógica terá sua existência garantida ou não problematizada, se ele/a ocupar seu lugar de sujeito passivo, resignado/a ao que lhe é determinado. Caso contrário, os que estiverem fora do pensamento imposto pela “classe sujeito-centro” estarão fora do padrão, ou, se quisermos dizer de outro modo, estarão à margem da sociedade (ibidem).

Sendo assim, os sujeitos devem se adequar as imposições do dominador que tem as seguintes características: tem a identidade masculina, é branco e heterossexual. Dessa maneira, todas as outras categorias fora deste padrão devem se ajustar a esta identidade estabelecida como sujeito-centro (LOURO, 2005).

Foucault (1996) classifica esta postura como disputa pelo poder. Onde são alicerçadas nos núcleos das células sociais uma dominância de pensamentos evidenciadas nos mecanismos discursivos de controle e dominação, fixando, estruturalmente, cada sujeito numa posição da sociedade. A escola, ao tornar invisível a questão da homossexualidade em seu espaço, constrói um discurso tão bem elaborado de negação que se torna autêntico, legítimo na sociedade não deixando espaço algum para questionamentos de outras manifestações afetivo-sexual (LOURO, 2000).

O fato é que constantes modificações em nossa sociedade, desde os anos de 1960, vêm afetando a vida de homens e mulheres, alterando concepções, práticas, identidades sexuais e de gênero (LOURO, 2000). Identificamos a constatação dessa afirmação, não somente na fala de Louro, mas também nos relatos dos pesquisadores/as que caminham conosco neste trabalho. Louro (2000) coloca ainda, que estas constantes modificações foram acontecendo com o passar dos anos e, nas últimas décadas, parcelas excluídas da população como os homossexuais, mulheres, negros, entre outros, forçaram uma visibilidade negada por séculos.

São homens e mulheres que se afirmam e se diferenciam em um processo que passou a ser conhecido como “política das identidades” (HALL, 1997). São novas formas de fazer-se mulher ou homem, com várias possibilidades de prazeres e desejos corporais. São identidades sociais que se tornaram visíveis, se afirmando e construindo novas formas de relacionamento e estilo de vida (LOURO, 2008).

Dessa maneira, a escola deve ser heterogênea, palco de discussões, pois além de existirem vários tipos (particulares, públicas de periferia, públicas de zonas centrais, religiosas, laicas) são também vários os sujeitos que nela habitam (LOURO, 2003). O que ela não pode se permitir, sobretudo no atual cenário de diversas identidades e multiplicidades sexuais, é ser um espaço heterossexual de construção de saberes e sujeitos únicos, iguais. Não pode negar-se ao debate de questões que dizem respeito à diversidade sexual.

Muitos pensam que “[...] se deixarem de tratar desses ‘problemas’ a sexualidade ficará fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. (FURLANI, 2005 apud LOURO, 2000, p.80-81)

Ao que nos parece, abordar a questão da diversidade sexual no ambiente escolar, ao dar visibilidade dentro da escola, na sala de aula ao homossexual, é, antes de tudo, e, principalmente:

desestabilizar as “verdades únicas”, os restritos modelos hegemônicos da sexualidade normal, mostrando o jogo de poder e de interesses envolvidos na intencionalidade de sua construção. (FURLANI, 2005, p. 7)

Depois de passado este momento de contestação/invisibilidade da apresentação do tema sexualidade/diversidade sexual na escola, direcionamos nosso olhar para a compreensão de que, ao tratar sobre o tema, acredita-se que existe uma intenção de oportunizar aos sujeitos em formação ali presentes, a criação de novos homens e novas mulheres. Ou seja, ao discutir a homossexualidade na escola, estará sendo criado um novo exército de homossexuais que ocuparão os espaços da sociedade, outrora ocupado pelos heterossexuais. Todavia, se o homossexual é invisibilizado na escola, logo, ele/a não existe.

Essa negação é de fato um problema. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) em uma pesquisa realizada em 2002, sobre a falta de informação no que diz respeito às identidades sexuais constatou que, “7% dos suicídios cometidos por adolescentes e jovens estão relacionados com conflitos de identidade sexual” (ANDI, 2002, p. 25).

A pesquisa da ANDI relata que são crianças e adolescentes consideradas diferentes, anormais, colocadas à margem da construção social, que escutam dentro de suas casas que a homossexualidade é um pecado, que aprendem desde muito pequenos que ser homossexual é errado, uma anomalia. E, de posse dessa informação

“verdadeira”, negligenciados/as pela negação/invisibilidade da discussão sobre o tema no espaço escolar, o resultado é o desastre apresentado no parágrafo anterior.

É por isso que a sala de aula necessita ser um espaço legitimador de novas identidades. Um lugar que proporcione compreender as relações de poder, que possa discutir, negociar, debater conceitos diante das demandas sociais que o tempo, a história e cada lugar traz consigo (FOUCAULT, 1988).

APRENDE QUE HERÓIS SÃO PESSOAS QUE FIZAREAM O QUE ERA NECESSÁRIO FAZER

(Um dia a gente aprende, poema de Verônica Shoffstall, 1971)

A escola precisa exercitar uma pedagogia da sexualidade e do gênero, pondo em ação as várias estratégias implementadas pelos governos (ALTMANN, 2001) a fim de poder dialogar em pé de igualdade com as demandas sociais. Ela precisa aplicar aquilo que fora determinado pelos PCN há dezoito anos e que no tempo presente estar de acordo com as novas orientações. Entretanto, o que as 19 pesquisas nos demonstraram é um despreparo, seja dos professores/as diante dos seus/as alunos/as, seja da comunidade escolar como um todo. Muitas vezes o que acontece é uma falta de responsabilidade em saber lidar diante da “nova realidade” (REALI, 2009), dos fatos, conteúdos, da pluralidade presente na ordem conservadora que é a escola, que se vê desconcertada ao se deparar com o diferente (ibidem).

Refletir sobre a sociedade, especialmente no âmbito escolar, não é uma tarefa fácil. Isto porque:

a sociedade não é um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma, como um desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo “descentrada” ou deslocada por forças fora de si mesma. (HALL, 2003, p. 51).

A orientação sexual prevista pelos PCN pretendia ser um fomentador da reflexão sobre o contexto histórico e as demandas daquele período. Como tema transversal, a orientação sexual era uma proposta aberta e passível de aceitação ou não por parte das escolas para serem utilizadas em suas propostas curriculares (ALTMANN, 2001). Pesquisas apontam que os PCN e o tema transversal Orientação Sexual foram utilizados pelas escolas, através de livros didáticos voltados para a orientação de professores e professoras. Além de livros, cursos sobre este tema foram ministrados em diferentes espaços (REALI, 2009; ALTMANN, 2001).

Diante deste quadro, é considerada positiva a iniciativa de determinadas escolas e interesse da parte de professores e professoras em atingir os objetivos propostos pelos PCN a respeito do tema transversal Orientação Sexual. Como dito em linhas anteriores, é necessário problematizar o espaço escolar com este tema, pois as novas identidades sexuais produzidas nas sociedades modernas desarticulam as identidades estáveis do passado e abrem possibilidades para a criação de novos sujeitos (HALL, 2003).

Dessa maneira, Louro (2000, p. 72) afirma que, construir identidades é na verdade “passar por transformações que constituem em novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, aparentemente, não as experimentam de modo direto”. Por isso as escolas devem estar atentas ao que acontece em seu espaço e também fora dele. A sugestão dada para que fosse trabalhado o tema transversal orientação sexual é que ele ocorresse de duas maneiras: “dentro da programação escolar, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e como extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema” (BRASIL, 1998, p. 308).

Cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se (FOUCAULT, 1997, p. 27).

Foucault nos alerta neste trecho, que nas sociedades modernas, reprimir o assunto sexo, constitui-se uma forma de aumento de controle e da possibilidade de intervenção de quem se utiliza do discurso para produzir nos sujeitos um mecanismo de autodisciplinarização da sexualidade. Ou seja, é preciso se atentar para a forma com que o conteúdo sexo é transmitido, pois aquele/a que deveria estar cumprindo o papel de libertar o sujeito para refletir, problematizar sobre as diversas formas de experimentar a sexualidade, o faz de modo superficial, utilizando-se de uma economia discursiva acerca do vasto universo do tema diversidade sexual (FOUCAULT, 1997; ALTMANN, 2001).

Mesmo que os PCN trateassem sobre a questão da orientação sexual como tema transversal, não podemos perder de vista a existência de um complexo controle discursivo que não mais proíbe, mas oportuniza simplificadamente a variedade caleidoscópica de diferenças afetivo-sexuais presentes na sociedade.

Altmann (2001) exemplifica muito bem quando nos alerta sobre a maneira delicada e floreada com que os conteúdos sobre a sexualidade são apresentados na escola: “devem destacar a importância da saúde sexual e reprodutiva” e “os cuidados necessários para promovê-la”. Observa-se que neste trecho não existe nenhuma proibição, nenhuma negação ou qualquer que seja o discurso do proibido.

Este é apenas um trecho de parte do material que pode ser encontrado nos PCN. Mas o alerta que se faz é: onde os/as homossexuais estão neste debate? Será que o sujeito homossexual é inserido nas questões conflituosas presentes no cotidiano escolar? Ou será que o tema orientação sexual tenha somente um viés informativo sem que aja uma postura intervencionista nas questões de orientações sexuais previstas como tema transversal?

“PARA SER GRANDE, SÊ INTEIRO... PÔE, TUDO QUE ÉS, NO MÍNIMO QUE FAZES.”

(Odes, Ricardo *Reis* (heterônimo de Fernando Pessoa), 1946, p. 148)

A verdade é que os PCN provocaram as escolas e as escolas precisavam dar uma resposta a esta provocação. Silenciar, tornar invisível, não foi a maneira mais eficaz de lidar com as diversas formas comportamentais encontradas no espaço escolar. As práticas pedagógicas de antes, de agora e de amanhã necessitavam ser revistas, adequadas, preparadas, para fazer funcionar não somente os PCN, mas tudo o que diz respeito ao diálogo com as diferenças. Por isso é necessário que as práticas da comunidade escolar:

desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, movente e plural de todas as posições. É possível, então, que a história, o movimento e as mudanças nos pareçam menos ameaçadores. (LOURO, 2003, p. 51)

Diante dos apontamentos que foram erguidos no decorrer desta pesquisa, restamos a afirmar que muitas certezas foram abaladas, de que concepções naturalizadas foram desconstruídas, valores revistos e colocados sob o prisma do repensar/problematizar questões de sexualidade, identidade e gênero, na educação. Este caminhar científico, possibilitou-nos o entendimento de que é possível ter uma prática docente decente, ampliada e possível de intervenção no espaço escolar sobre as questões em torno dos temas diversidade sexual e orientação sexual, seja com o que preconizava os PCN, seja o que os novos documentos apresentam. Chegar até aqui e ter a percepção de que a homossexualidade fora de alguma e/ou de diversas maneiras negada e invisibilizada por quem deveria torná-la uma questão de debate, não deixa de ser uma violência.

A utilização da frase “Um dia me disseram que as nuvens não eram de algodão”, no início deste trabalho não fora a toa. Na vida temos sempre um/uma alguém que nos ensina a ver o mundo, a caminhar, a superar, a viver e sobreviver. A expectativa é que este trabalho atue como uma humilde bússola que sirva para orientar muitos/as daqueles/as que precisam enxergar aquele sujeito inserido/a na escola, que, vez por outra encontra-se perdido/a, desamparado, invisível, mas precisa ter seus sonhos realizados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Neil Franco Pereira de; MOTA, Maria Veranilda Soares. **Docências que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero: a escola como espaço de imposições de poderes e resistências.** Caxambu, 32ª reunião da ANPED, 2009. Disponível em: 32reuniao.anped.org/trabalhos. Acesso em 16 de set. 2014.
- ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: **Revista Estudos Feministas.** Vol 9, nº 2, 2001.
- ANDI. Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Pautas e fontes para prevenção da gravidez e da Aids na adolescência. Nº 12 – junho e julho 2002. Acesso em 16 de set. de 2014.
- APPLE, Michael W. **Educação e Poder.** Trad. Maria Cristina Monteiro. – Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1989.
- AQUINO, Júlio Groppa. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997.
- BARRETO, Andreia dos Santos Barreto Monsore Assumpção. **Educação para igualdade na perspectiva de gênero.** Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, 2012.

BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. **Heteronormatividade ou reconhecimento?** Professores e professoras diante da homossexualidade. Natal, 34ª reunião da ANPED, 2011. Disponível em: 34reuniao.anped.org/trabalhos. Acesso em 16 de set. 2014.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOUDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: Ortiz, R. Bourdieu P. Coleção: Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.

BRASIL. Orientação sexual. In: _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade nacional e orientação sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. v. 10, p. 107-161.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRITZMAN, Débora. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**. Campinas, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 4ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2012.

CONDE, Michele Cunha Franco. **O Movimento Homossexual Brasileiro: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2004.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2008.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade: vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza de Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em dois de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FURLANI, J. **Sexos, sexualidades e gêneros** – monstruosidades no currículo da educação sexual. Texto apresentado na 28ª Reunião anual da ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação no GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação, 2005. Disponível em <www.ded.ufla.br-gt23>. Acesso em: 21 de set. 2014.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX**. UNESP. São Paulo, 1999.

GUIRADO, Marlene. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In: Aquino, Julio Groppa. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 8ª ed. RJ: DP&A, 2003.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Guacira Lopes Louro, Jane Felipe, Silvana Vilodre Goellner (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo Educado: pedagogia da sexualidade** / Guacira Lopes Louro (organizadora). Trad. dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade** – 20 (2): p. 101 – 132 jul/dez. 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho: ensaios sobre a Sexualidade e Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.) **Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

MISKOLCI, Richard. **Abjeção e desejo**. Afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michael Foucault. In: Rago, Margareth; Veiga-Neto, Alfredo (Orgs.). Para uma vida não-facista. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 325-338.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica: UFOP, 2012.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: Moreira, Antônio Flávio Barbosa & CANDAU Vera Maria. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PINTO, J. Rizzo. **Corpos, movimento e educação** - o desafio da criança e adolescente deficientes sociais. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

REALI, Noeli Gemeli. **Homoparentalidade e escola**: que conjugação é essa?. Caxambu, 32ª reunião da ANPED, 2009. Disponível em: 32reuniao.anped.org/trabalhos. Acesso em 16 de set. 2014.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. **Corpos, escola & sexualidade**: um olhar sobre o programa de orientação sexual. Porto de Galinhas, 35ª reunião da ANPED, 2012. Disponível em: 35reuniao.anped.org/trabalhos. Acesso em 16 de set. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A poética e a Política do currículo como representação**. Trabalho apresentado no GT Currículo na 21ª Reunião anual da ANPED, 1998.

SZYMANZKI, Heloísa. **A relação família / escola**: desafios e perspectivas. – Brasília: Líber Livro, 2010.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Recebido: 12/12/2018

1ª Revisão: 27/03/2019

Aceite final: 02/05/2019